

A juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, Claudia Catafesta, falará sobre o tema e como está articulando a implantação em nossa comunidade

Neste dia 06 de agosto (quarta), às 14:30h, na reunião semanal do COMPAZ – Conselho Municipal de Cultura de Paz, a Dr^a Claudia Catafesta, Juíza de Direito da 2ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, vara especializada no atendimento ao adolescente em conflito com a lei, irá proferir uma palestra sobre conceitos do que é a Justiça Restaurativa e como sua prática se dá, bem como quais os planos para início da implantação em nossa comunidade deste trabalho. Claudia procurou membros (voluntários) do Conselho e do Londrina Pazeando que pudessem ajudar a articular a criação de um projeto piloto na cidade. Para iniciar o processo, já em outubro/2014 deste ano, haverá em Londrina um curso de formação de facilitadores em Círculos de Construção de Paz (para 25 pessoas), método desenvolvido pela norte-americana Kay Pranis, a ser ministrado por professores da UEM – Universidade Estadual de Maringá. O desafio foi aceito pelo COMPAZ e Pazeando, que marcaram uma reunião com a vice-presidente da OAB Londrina, Dr^a Vânia Regina Silveira Queiroz, que prontamente reservou espaço na sede da OAB para realização do curso. Deste encontro, foi criado o Núcleo de Articulação para Implementação da Justiça Restaurativa em Londrina.



Claudia Catafesta, Luis Claudio Galhardi, Vânia Regina Silveira Queiroz e Rejane Aragão - Núcleo de Articulação para Implementação da Justiça Restaurativa em Londrina

O Núcleo deve crescer e instituições que desejem colaborar com a proposta poderão entrar em contato com a Claudia (3372-3032) Luis Claudio (9996-1283) Vania (3324-8134) Rejane (9615-0033). A prática da Justiça Restaurativa é recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução n° 125, e pela Lei n° 12.594/2012, que regulamentou o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), havendo apoio institucional do Tribunal de Justiça do Paraná para a sua implementação em todas as Comarcas do Estado. Hoje, no Paraná, Ponta Grossa é a primeira Comarca a adotar, oficialmente, as práticas restaurativas no Poder Judiciário. Claudia Catafesta disse que a UEM - Universidade Estadual

de Maringá, já tem na grade curricular do curso de direito uma disciplina de formação, assim também é proposta do Núcleo convidar as universidades locais a refletirem sobre a possibilidade de inclusão em seus cursos regulares desta disciplina.

- Palestra Aberta: Justiça Restaurativa - Data: 06/agosto QUARTA - Hora: 14:30h
- Local: Rua Dep. Fernando Ferrari 160 (SESI/FIEP)
- Reunião semanal do COMPAZ ampliada.

O que é Justiça Restaurativa? □□□

Fonte: www.justica21.org.br/ - As práticas restaurativas compreendem um conceito ampliado de justiça, e, assim, transcendem a aplicação meramente judicial de princípios e valores da Justiça Restaurativa. Além do campo da justiça institucional, as reflexões propostas pelo modelo Restaurativo permitem visualizar e reconfigurar a forma como atuamos nas atividades judicativas que exercemos quotidianamente, em nossos relacionamentos, nas instâncias informais de julgamentos, em ambientes como a família, escola ou trabalho.

Por isso, embora partindo do âmago do Sistema Jurídico e confrontando concretamente as práticas da Justiça Institucional, os princípios e métodos da Justiça Restaurativa podem ser estendidos aos mais diversos campos de aplicação, revelando grande potencial na resolução de conflitos e pacificação social.

VÍDEO 1':25" Repórter Brasil explica princípios da Justiça Restaurativa <https://www.youtube.com/watch?v=BiuwK7Fy4ms>

VÍDEO 28':52" Tribunal de Justiça de São Paulo – Oficial <https://www.youtube.com/watch?v=C0mSid0LVzg>

VÍDEO 15':22" CECIP Centro de Criação de Imagem Popular - Na fala do rap, no passo do hip-hop e na estética do grafite, este vídeo mobiliza os jovens para os conceitos de justiça e mediação de conflitos. <https://www.youtube.com/watch?v=6DFlow8P1xA>

